Relatório do painel sobre a educação

Sexta-feira, 21 de julho de 2000

O Sr. José Octavio Bordón, ministro da Educação da Província de Buenos Aires e ex-presidente da Comissão Internacional sobre Educação, Equidade e Competitividade nas Américas do Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina (PREAL), lembra inicialmente que a educação foi o tema predominante na II Cúpula das Américas, realizada no Chile em 1998, e que na dita ocasião os Chefes de Estado e de Governo assumiram importantes compromissos. Engajaram-se, dentre outras coisas, em garantir daqui até 2010 a educação para 100% das crianças da 1ª até a 4ª séries, e a educação de 5ª até 8ª séries para 75% delas. Apesar dos objetivos de educação para o multiculturalismo e de crescente cooperação, ele considera que se está ainda bem longe dos objetivos almejados. Aliás, ele chama nossa atenção em relação à avaliação estritamente quantitativa dos progressos, e salienta as grandes disparidades no plano qualitativo entre os distintos países das Américas.

Em seguida, o conferencista manifesta a esperança de que se outorgue à educação o papel fundamental que lhe cabe no desenvolvimento, relembrando ao mesmo tempo que o desenvolvimento é exatamente uma das condições que dão acesso à educação. Ele vincula esta problemática a um debate ético sobre o papel dos Parlamentos e dos governos para se chegar a uma sociedade mais eqüitativa. Os líderes políticos devem então se assegurar que as condições essenciais para uma educação adequada sejam reunidas a fim de garantir a igualdade de oportunidades para todos. Dentre outras condições, ele salienta a nutrição, a saúde, as estruturas culturais assim como os investimentos públicos e privados, complementados pelo apoio financeiro de organismos internacionais. Acrescenta que as novas tecnologias representam uma nova linguagem que se deve conhecer, e novas ferramentas que devem ser adquiridas e dominadas.

Os avanços obtidos em nível mundial desde 1990 são mitigados, conforme revelam os 120 milhões de crianças em idade escolar que ainda não vão à escola e os 150 milhões que não sabem ler nem escrever. Estas estatísticas sombrias devem induzir os responsáveis públicos das decisões, ao estabelecerem os objetivos e as estratégias em termos de educação, a identificar também os obstáculos e as maneiras de superá-los.

As diferenças de riqueza e as desigualdades entre os países do continente se traduzem evidentemente pelo nível de educação. Devemos nos preocupar com fato que a pobreza impede a educação de ser o instrumento chave para a melhoria das condições de vida da população, confinando-a a um círculo vicioso: o da escola pobres, com professores pobres para crianças pobres. Além do mais, na era das novas tecnologias, o desnível aumenta ainda mais se todos os jovens do continente não têm acesso à linguagem informática, que infelizmente é o acontece nas Américas.

Visto que é preciso pelo menos uma década para se atingir avanços consideráveis em termos de educação, os dirigentes políticos devem chegar a consensos sólidos, independente das linhas partidárias, para se assegurar de que os objetivos e os programas sobrevivam às trocas de governos. Para atenuar os importantes desníveis entre os distintos países, aqueles que são desenvolvidos devem incrementar seus esforços de cooperação e demonstrar uma ainda maior solidariedade com relação à América Latina, caso o desejo seja atingir os objetivos estabelecidos em 1998 em Santiago (Chile) pelos presidentes Clinton (EUA) e Cardoso (Brasil), para quem a educação deve ser um instrumento chave da integração, um instrumento colocado à disposição dos povos para mudar a história.

O segundo conferencista, Sr. Cristovam Buarque, presidente de *Missão Criança* e ex-governador do Distrito Federal do Brasil, afirma que, para que a educação seja um instrumento eficiente a favor de se obter uma maior equidade social, não basta educar apenas as crianças e os pobres. O mais importante é educar a elite do país, ou seja, os líderes, aqueles que governam, os dirigentes da sociedade, a fim de que esta se dê conta enfim de que a eliminação da pobreza não é resultado apenas do aumento da riqueza. De fato, caso seja verdade que no plano individual a pobreza seja antônimo da riqueza, esta antítese não é diretamente transferível à sociedade toda, e isto é exatamente porque a riqueza está concentrada nas mãos de alguns sem que se tenha chegado a fazer uma distribuição equitável do crescimento, portanto presente nas Américas nas últimas décadas.

Ele considera essencial que os parlamentares e os demais líderes sociais tenham plena consciência do que significa "ser pobre". Propõe uma definição que, além da simples baixa renda, implica também na carência dos seis elementos seguintes: alimentação, habitação com água potável, acesso à educação, à um sistema de saúde adequado, à segurança e à justiça, e também a um sistema de transporte coletivo de qualidade. Na opinião dele, se um indivíduo tem acesso a todos estes elementos, independente do seu salário, este não é pobre; mas, se ao contrário, o indivíduo não tem acesso a tais elementos, ele precisa ser muito rico para poder tê-los. Ele sugere, então, visar inicialmente a "não-pobreza", algo entre a riqueza e a pobreza, num esforço de lutar concretamente contra a excessiva concentração da riqueza, essência do problema das desigualdades que caracterizam nossas sociedades.

Diante daquilo que ele caracteriza de "mentira do desenvolvimento", ou seja, a ilusão de que os ricos empregam os pobres para tirá-los da pobreza, enquanto que na realidade o fazem para se enriquecerem às custas destes, propõe mobilizar os pobres e os excluídos a fim de que façam o necessário para melhorar a educação de seus filhos e romper assim o círculo vicioso no qual se encontram. Concretamente, ele propõe expandir o programa *Progressa* ao maior número possível de famílias pobres do continente. Inspirado pelo sistema de bolsas de pós-graduação que faz com que muitos diplomados de famílias ricas continuem sua formação, o programa *Progressa* paga uma soma todos os meses à mãe de família pobre para que todos os seus filhos recebam instrução e tenham a oportunidade de receber uma formação essencial. Considerando que na América Latina e no Caribe cerca de 22 milhões de crianças não freqüentam as escolas ou trabalham enquanto ainda estão na idade de fazer seus estudos básicos, um programa como este, que tem dado resultados positivos no Brasil e no México, não elimina a pobreza, mas cria condições favoráveis para permitir a estes jovens de um dia livrarem-se da pobreza. O objetivo fundamental é que todos os jovens façam seus estudos básicos com sucesso e que todas as crianças das famílias pobres freqüentem realmente suas aulas. Além do mais, esta bolsa mensal é dada apenas à mãe cujos todos os filhos tenham freqüentado a escola e que não tenham faltado da escola mais de dois dias ao mês.

O Sr. Buarque relembra que, para que a educação seja um motor de equidade, é preciso que os dirigentes se dêem conta finalmente de que o caminho para diminuir a pobreza não é o mesmo que aquele que permite o aumento da riqueza; se a solução aos problemas sociais é encontrada através da economia, este não reside totalmente na economia. Ele propõe então que o programa *Progressa* seja implantado em vários lugares do continente a fim de complementar a Recomendação sobre Educação, que na sua opinião é demasiadamente geral.

A terceira conferencista, a Sra. Patricia Gudiño, é diretora executiva do Colégio das Américas (COLAM), instituição que se empenha em suscitar a cooperação entre as universidades do continente americano através de redes de formação e pesquisa, visando assegurar aos países das Américas os benefícios do atual processo de integração, mantendo ao mesmo tempo sua diversidade cultural. A Cátedra Interamericana de Pesquisa sobre as estratégias parlamentares diante dos processos de integração do COLAM tem o principal propósito de desenvolver um programa de pesquisa que conduza a uma melhor compreensão do papel dos Parlamentos no processo de integração econômica, social e cultural das Américas. O COLAM visa principalmente incrementar a participação universitária a fim de alcançar os objetivos de ensino básico adequado para todos os jovens do continente, no prosseguimento do Plano de Ação da Cúpula de Santiago.

Desde 1997, o COLAM tem contribuído para o fortalecimento da colaboração universitária através da criação de redes de formação e pesquisa voltadas para a melhoria dos programas de ensino, através do desenvolvimento da formação contínua em setores privado e público, e através do trabalho a favor da corroboração da compreensão intercultural e da democracia nas Américas. Baseado no apoio de um grande número de universidades, o COLAM nunca elabora seus programas baseado num quadro nacional ou bilateral, mas ao contrário numa perspectiva interamericana. O COLAM privilegia um enfoque multidisciplinar e dá bastante latitude às novas tecnologias da informação no tratamento de temas de interesse continental. Atualmente, o COLAM conta com quatro programas fundamentais: um destinado particularmente aos jovens universitários entre 18 e 25 anos, um outro que consiste numa rede interamericana de formação contínua voltada para as necessidades das regiões e das localidades, e mais dois outros consagrados às cátedras de pesquisa e à gestão.

Devido à pertinência dos numerosos temas continentais abordados nos seminários realizados em diversos países, dos laços com a sociedade civil, da mobilidade dos estudantes e das transferências educativas e tecnológicas que favorecem o COLAM, os participantes avaliam-no de maneira bastante positiva. Segundo eles, esta pesquisa continental em rede possibilita um alto nível de trocas de experiências interculturais, que não seria possível se os estudantes estivessem isolados em seus países, apesar das comunicações terem sido facilitadas através da Internet. Além disto, os freqüentes intercâmbios entre os pesquisadores do COLAM e os legisladores da COPA contribuem para a definição mais clara das estratégias parlamentares para as Américas, e para o apoio concreto dos esforços de formação contínua nos setores público e privado. Então, o COLAM enfrenta desafios que não são puramente acadêmicos e financeiros. Ele tem o objetivo de mobilizar a comunidade universitária, dos setores público, privado e parlamentar, e também da sociedade civil, tendo em vista uma participação integrada de todos os setores nos projetos educativos, chaves do desenvolvimento sustentável.

No decorrer dos debates, foi dito que a Rede de Mulheres Parlamentares das Américas decidiu dar prosseguimento à proposta do Sr. Buarque e implantar em alguns países do continente projetos pilotos baseados no modelo do programa *Progressa*, lembrando cautelosamente que a educação funciona quando esta é progressiva, universal e contínua. Dentre os demais obstáculos quanto à igualdade de oportunidades em termos de educação e particularmente à melhoria das condições econômicas das mulheres, foi salientado o dificultoso problema do crescente número de gravidez de adolescentes, que hipotecam gravemente a continuação dos estudos das jovens mães e confinam-nas em muitos casos às funções de donas-de-casa. Além disto, foi observado que o problema do financiamento da educação não deriva principalmente da dívida externa dos países, já que, em geral, haveriam mais recursos financeiros disponíveis se não fossem a corrupção, a ineficiência dos dirigentes e as fraudes fiscais que incrementam as desigualdades. Entretanto, o perdão ou o refinanciamento da dívida e também a diminuição do orçamento destinado ao armamento são meios considerados para a obtenção de recursos adicionais para a educação. Foi sugerido também que sejam feitos esforços não apenas para se pagar a dívida financeira aos bancos, mas também a dívida social às crianças, aos pobres, às mulheres e à ecologia. Então, para se chegar lá, os parlamentares devem reorientar seriamente as prioridades visando favorecer realmente o avanço da educação e assegurando-se de que a privatização da educação derivada da globalização e dos progressos tecnológicos não acabem excluindo uma outra parcela da população do continente. A responsabilidade dos parlamentares está então no âmago dos progressos em termos de educação ao mesmo tempo que na distribuição eqüitativa dos avanços que serão vividos neste setor na próxima década.